

jornal da tarde

Publicado pela S.A. O Estado de S. Paulo

Av. Engenheiro Caetano Álvares, 55. Tel.: 266-7099 (PABX).



JULIO MESQUITA
(1891 - 1927)

JULIO DE MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA
(1927 - 1969)

Diretor Responsável

RUY MESQUITA

Diretores

José Vieira de Carvalho Mesquita
Júlio de Mesquita Neto
Luiz Vieira de Carvalho Mesquita
Ruy Mesquita
César Táctico Lopes Costa
José M. Homem de Montes
Oliveiros S. Ferreira

Onde se vê que o homem é incorrigível

No final da semana passada o ministro Delfim Neto nos informou que a Carta de Intenções do Brasil ao FMI deverá ser aprovada no dia 20 de outubro, dando a entender aos jornalistas que, a partir daí, teremos um processo de desafogo que "vai caminhar rapidamente até o final do ano". E concluiu triunfante: "Vamos entrar em 1984 com uma perspectiva totalmente diferente".

O homem, como se vê, é incorrigível. A dose de humilhações que nossas autoridades econômicas já sofreram neste ano deveria tê-las tornado mais realistas e recatadas. Principalmente, mais humildes. No entanto, habituadas a anos de glórias, badalações e arrogâncias, não se resignam à disciplina e à compunção que o momento exige. O espetáculo todo está ficando triste; constrangedor mesmo. Lembra um pouco esses mafuás que percorrem vilarejos do Interior: a platéia aplaude porque tem dó dos artistas, não porque os tenha apreciado. A piedade, no fim, toma o lugar da irritação suscitada pelo contínuo mau desempenho.

A única coisa que vai acontecer, na melhor das hipóteses, a partir da aprovação pelo board do FMI da nossa humilhante carta de vãs intenções, é começarmos a liquidar pagamentos e atrasados e, talvez, voltarmos ao ponto em que estávamos no final do ano passado.

Aliás, o que estivemos tentando obter com imenso denodo, com traumas administrativos e políticos, com um desgaste psicológico enorme e com muito suor, nos últimos três meses e meio, foi o crédito que o FMI deveria ter desembolsado no dia 31 de maio. De modo que toda a vitória e todo o desafogo que o ministro Delfim antecipa é, no máximo, um reforço de caixa que já deveria ter ocorrido, mas que só ocorrerá — e por isso ele se alegra — daqui a um mês.

O sr. Paul Volcker, presidente da Reserva Federal americana, dizia, na semana passada, que o Brasil está, agora, na situação em que o México estava em setembro do ano passado. Antes estivesse. Mas ele se engana. O México vivia uma situação de extrema penúria financeira, mas tinha um governo novo, com um propósito definido de ação, e uma estratégia de médio e longo prazo estabelecida. Nós temos apenas penúria financeira — muito maior que a do México, aliás. E para lidar com ela um governo praticamente na lona após sucessivos knock-downs na área externa, reconhecido como inepto, nacional e internacionalmente.

Um governo que, em setembro do ano passado, quando do estouro do México, negava enfaticamente que nossa situação fosse semelhante à daquele país, proclamando que nossa dívida era magistralmente administrada (!!) e tinha um perfil muito melhor do que a mexicana, o que tornava impensável a hipótese de recorrermos ao FMI (!!). Essa mentira, como todas as outras, teve pernas curtas e consequências dramáticas. ■

gotas (do FMI, Clube de Paris, BIS, credores privados, etc.) na medida exata para não quebrarmos, apenas. A questão é saber se haverá fôlego político e social para perder mais um ano sem que o drama se transforme em tragédia.

Ano foi perdido e o País afundou até o pescoço na areia movediça da irresponsabilidade dos seus ministros econômicos, e, dada a atitude do sr. Delfim depois de assinada — por nós — a carta de intenções (que não têm condições de deixarem de ser apenas isso — intenções), tudo indica que vamos perder mais um.

Comparando o trabalho dos dois governos — o mexicano e o brasileiro — nesse ano que perdemos, o *Financial Times*, uma das mais importantes publicações especializadas do mundo, diz que os banqueiros e os bancos centrais do Ocidente elogiaram "o desempenho dos tecnocratas do novo governo mexicano", e que "esse governo respondeu plenamente ao seu problema com uma combinação de reescalonamento e austeridade econômica". Registre-se, por sinal, que o México já está apresentando superávit em transações correntes, isto é, não apenas comercial, no seu balanço de pagamentos.

"O governo brasileiro, em contraste, estava menos disposto a aceitar a verdadeira dimensão do seu problema" (maneira delicada de dizer que embromava) — prossegue o jornal. E acrescenta que, ao contrário do México, o Brasil "ainda está visivelmente incapaz de pagar os juros correntes, exceto através do aumento da sua dívida". Fato que, segundo o jornal, é a chave de toda a questão, uma vez que a confiança dos bancos internacionais só poderá ser restaurada diante de "uma perspectiva crível de pagamentos de juros sobre a dívida existente" — coisa que não existe no caso brasileiro.

Ora, o que o ministro Delfim — na sua nova tentativa de embromar — apresenta como indício do desafogo é apenas a perspectiva de redução dos atrasados mediante novo aumento da dívida (caso o FMI e os banqueiros soltem o dinheiro). Ou seja, nada mais que a continuação da rolagem temerária e pouco confiável descrita no *Financial Times*.

Deve ser muito triste para essas arrogantes autoridades serem exortadas e aconselhadas pelo secretário do Tesouro americano, Donald Regan, a seguir exatamente o exemplo do México, como ele fazia nos jornais de sexta-feira passada.

Estamos, senhores leitores, é desmoralizados e envergonhados, com tudo isso, além de enormemente atribulados pela crise que a inépcia aprofundou e muitíssimo apreensivos com as evidências de que a inépcia prossegue no que ela tem de essencial: não perceber "a verdadeira dimensão do problema", como diz o jornal londrino — maneira delicada de dizer insistência na tática de embromar.

A verdade assustadora é que o governo brasileiro não tem um plano, não tem um projeto, não tem uma diretriz de política econômica de médio e longo prazo que possam tornar plausíveis suas intenções, quaisquer que sejam, consubstancialdas na Carta que assinou na semana passada. Pior que isso, lá fora já se começa a indagar se valerá a pena, afinal, formalizar acordos amplos e definitivos com um governo que caminha para seu final, sem se ter nenhuma idéia dos possíveis contornos do próximo governo.

Sem dúvida, entraremos em 1984, como diz o ministro, com uma perspectiva muito diferente. Em nossa opinião, bem pior. Na de nossos credores, também. De modo que o que prevemos não é a grande renegociação que estaria nos bastidores e que os burocratas da Seplan deixam "vazar" em conversas off-the-record. Também não prevemos o grand default brasileiro. Em nossa opinião, o que teremos é uma assistência financeira em conta-